

Joelmir Beting

- 6 ABR 1987

O GLOBO

Sinfonia da dívida Ext

Do economista Affonso Celso Pastore, último negociador da dívida externa, enquanto presidente do Banco Central, no Governo Figueiredo:

"A moratória brasileira acabou decretada não para repudiar a dívida externa nem para baixar os custos do seu serviço, mas para aumentar ainda mais a própria dívida. Ou seja: com a moratória, o Brasil tenta interromper a chamada "transferência líquida" de recursos para fora, com a retomada do fluxo dos empréstimos internacionais pelas taxas do dia. A ordem, com a moratória, é voltar a fazer mais dívida. Com o detalhe: antes, a dívida foi contratada para executar projetos ou para financiar a produção. Agora, busca-se contratar uma dívida ainda maior para financiar o consumo. Esta, sim, será uma dívida jamais resgatável no futuro".

O plano é nosso

Do economista Paulo Nogueira Batista Jr., assessor do Ministério da Fazenda para assuntos da dívida externa:

"Temos de reconstruir a política econômica a partir de um novo plano de metas e de meios. Esse plano deve ser entendido como uma exigência da sociedade brasileira e não como alguma "carta de intenção" reclamada pelos nossos credores. Claro, também os banqueiros querem saber onde estamos e para onde vamos ou pretendemos ir. Mas o que vamos levar aos credores é, não um programa para o ajuste interno, mas uma proposta para a dívida externa. Apenas isso."

Com realismo

Do banqueiro John Reed, presidente do Citicorp, nosso maior credor, em entrevista à revista "Veja":

"O Brasil precisa de um programa econômico que faça sentido para os brasileiros e não para os banqueiros. Para nós, credores, o importante é que o Brasil e os brasileiros sintam-se confortáveis dentro desse programa econômico. Não mais queremos planos leoninos que só existem no papel, para banqueiro emoldurar. Isso nada resolve. O plano deve ser politicamente realístico, isso sim. Com ele, a comunidade financeira teria algum grau de previsão técnica a respeito do que poderia acontecer no Brasil sem entrar no mérito político do programa".

Na dependência

Do economista Luís Paulo Roemberg, ex-conselheiro do Presidente Sarney:

"Somos todos contra o monitoramento do FMI. Mas quem não quer ser monitorado deve ou não ficar endividado ou pagar a divi-

da em dia. A dependência externa está na própria existência da dívida. Para descartar a intromissão do FMI, único auditor da confiança dos banqueiros, é preciso onerar o serviço da dívida e botar ordem na casa por nossa própria conta e risco. Até agora, a "nossa" reforma só deu vexame".

O elo perdido

Do economista Ignácio Rangel, membro do Conselho Federal de Economia:

"O problema está no custo indecoroso do "rolamento" da dívida. Um custo bola-de-neve. A moratória, assim provocada, é uma atitude leviana? Quem deixa de pagar porque não pode mais pagar o que deve não está fazendo nenhuma opção livre, apenas invocando o aforisma latino: *Ad impossibilia nemo tenetur*. Ou seja: Ninguém se obriga a fazer coisas impossíveis de serem feitas. Mas é preciso perguntar-se: quem não mais consegue pagar a dívida lá fora é a economia brasileira ou é o Estado brasileiro? E empurrar o pagamento para o futuro, na base da "renegociação" soberana significa dizer que o estado brasileiro, devedor de três quartos da dívida total, haverá de recuperar sua capacidade de pagamento? Com a delirante capitalização dos juros da dívida externa e com a não menos delirante elevação dos juros da dívida interna, o grau de insolvência futura do estado brasileiro será ainda mais devastador."

Da transferência

Do economista Antonio Carlos Lemgruber, primeiro presidente do Banco Central no Governo Sarney:

"Há muita confusão entre transferência líquida de recursos para o exterior e financiamento externo dessa mesma transferência. Quando a conta de juros é financiada por dinheiro novo a tal de transferência desaparece? Nos últimos anos, teria havido muita "transferência" exatamente porque o *new money* ficou a zero... Ora, quando o Brasil toma recursos emprestados abundantes, está contratando a transferência futura de recursos via pagamento de juros. Não há muito o que fazer depois de assinado o contrato para reduzir e muito menos eliminar aquela transferência contratada — exceção do calote sumário. Com dívida não amortizada de US\$ 106 bilhões, vamos continuar "transferindo" recursos em abundância. Discute-se apenas a forma de fazê-lo: com dinheiro novo dos próprios credores, com capitalização negociada dos juros ou com magníficos saldos comerciais? Da transferência futura, contratada no passado, ninguém mais nos livra".